

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Américo António Melro Sebastião, cidadão português, empresário em Moçambique desde 2001 nas áreas da agropecuária e exploração florestal, desapareceu naquele país no dia 29 de julho de 2016, precisamente na localidade de Nhamapaza, distrito de Maringué, província de Sofala. Segundo testemunhas oculares, o Senhor Américo Sebastião *“foi levado por agentes fardados que o algemaram e o transportaram numa carrinha modelo mahindra de cor cinzenta”*.

Após este incidente, e tendo-se deslocado ao local, a família contactou de imediato com o Consulado Geral de Portugal em Beira; com o Diretor-Geral da Polícia de Investigação Criminal (PIC) – tendo aberto um processo nesta instância; e com o Comandante Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM).

De volta a Portugal, os familiares abriram um processo-crime na Polícia Judiciária que foi posteriormente arquivado pelo Ministério Público em 30 de novembro de 2017, aparentemente por *“falta de matéria que permitisse continuar as investigações”*, tratando-se assim de um caso *“cujas diligências de apuramento dos acontecimentos devem prosseguir em território moçambicano”*.

Além disso, a família contactou com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas; com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; com o Ministério dos Negócios Estrangeiros; com o Ministério da Justiça; com a Procuradoria-Geral da República; com o Senhor Primeiro-Ministro; e com o Senhor Presidente da República.

Contactou ainda com a Organização das Nações Unidas, na pessoa do Secretário-Geral António Guterres e através do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários; com a Amnistia Internacional; com a Comunidade de Santo Egídio; e com o Papa Francisco.

Este assunto também já foi levado ao Parlamento Europeu, estando as Senhoras Eurodeputadas Ana Gomes e Marisa Matias a par da situação.

Em maio de 2017 a família submeteu uma petição escrita junto da Assembleia da República de Moçambique – ainda sem resposta. Posteriormente, foram enviadas cartas ao Senhor Presidente da República de Moçambique; à Senhora Presidente da Assembleia da República de Moçambique; e ao Senhor Ministro do Interior de Moçambique – tendo sido recebidas pelos mesmos a 26 de dezembro de 2017.

Esta família, cuja perseverança deve ser mencionada e louvada, tem depositado a sua confiança nas instituições político-diplomáticas portuguesas e moçambicanas. Não obstante, e apesar deste longo e árduo processo, até ao presente dia desconhece-se o paradeiro de Américo Sebastião. E este desaparecimento, tenha sido forçado ou não, deve merecer ao Governo português uma ação determinada no sentido do seu cabal e urgente esclarecimento. Importa, a este respeito, sublinhar o significado de, após inúmeros pedidos de esclarecimento já efetuados pelas autoridades portuguesas, o Senhor Ministro do Interior da República de Moçambique ter visitado Portugal em fevereiro de 2017, tendo alegadamente tido reuniões separadas com o Senhor Primeiro-Ministro e com o Senhor Presidente da República, sem que, todavia, nada de esclarecedor ou substancial dessas reuniões tenha resultado sobre o caso. A muito diminuta cooperação das autoridades moçambicanas no esclarecimento desta dramática situação não pode, porém, obstar a que o Estado português se empenhe plenamente na obtenção desses esclarecimentos e, mais que isso, na urgente descoberta do paradeiro daquele cidadão português.

Para o Bloco de Esquerda, o Governo de Portugal tem a obrigação de acionar todas as diligências possíveis tendo em vista a resolução deste caso, especialmente tendo em conta a gravidade e a exagerada extensão temporal da situação. Neste e em qualquer caso, a cordialidade diplomática que deve nortear as relações entre países amigos não pode implicar o menosprezo dos direitos inerentes de qualquer cidadão.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:

1. Quais têm sido as diligências concretas do Governo de Portugal para a resolução desta situação?
2. Que iniciativas adicionais se compromete o Governo a empreender no sentido de conseguir uma urgente recuperação do cidadão português em causa?

Palácio de São Bento, 19 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)
PEDRO FILIPE SOARES(BE)